



Ata da 7ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

1. DATA E LOCAL

Data: 09 a 11 de abril de 2014	Local: Rio de Janeiro - RJ
--	--------------------------------------

2. PARTICIPANTES

Representantes dos Municípios integrantes do PNAFM II
Representantes da UCP/SE-MF
Representantes da Caixa Econômica Federal
Representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento

3. DIA 09/04/2014

Esta Ata registra o trabalho desenvolvido na 7ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM 2ª Fase, realizada no Rio de Janeiro – RJ, no período de 09 a 11 de abril de 2014.

Dando início à reunião, foi composta a mesa de autoridades com o Sr. Denis Correa Mariano, Gerente Regional da Superintendência Regional RJ Norte da Caixa Econômica Federal, Sra. Margareth Ruas, Coordenadora-Geral da UEM Brasília/DF e Presidente do COGEP representando os municípios, Sr. Luiz Alberto de Almeida Palmeira, Coordenador-Geral da Unidade de Coordenação de Programas do Ministério da Fazenda e Presidente do COGEP representando a UCP, Sra. Maria Helena Vercillo, Representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Sr. Victor Zajdhaft, Coordenador-Geral da UEM Rio de Janeiro e anfitrião do evento.

Cada autoridade saudou os participantes e na sequência, após a dissolução da mesa, deu-se início às atividades técnicas da reunião.

O servidor Francisco Galvão da Prefeitura do Rio de Janeiro apresentou o portal “Carioca Digital”, que disponibiliza acesso informatizado do cidadão a uma gama de serviços da prefeitura. O acesso é feito pelo CPF após cadastramento de um email do usuário. Através do “Carioca Digital” é possível marcar consultas médicas, acessar a Nota Carioca, emitir 2ª via de IPTU, localizar escolas, feiras e academias para 3ª idade. Também é possível abrir chamados pelo telefone 1746 para vários serviços como por exemplo, carros estacionados irregularmente, colocação de lixeiras, remoção de entulhos etc.

O portal, concebido com recursos do PNAFM, envolveu mais de 80 servidores do IplanRio, começou a funcionar no dia 1ª de abril e já conta com 2.200 pessoas cadastradas. O gasto foi de 2 milhões e meio de reais.

Victor apresentou o portal DataRio onde são disponibilizados dados estruturados que possibilitam a feitura de aplicativos, receita e despesa do município, turismo, história dos bairros, localização geográfica dos museus, ciclovias, horários de ônibus através do convênio com o Waze, cardápio da merenda escolar, etc

Luiz comentou que os dois portais apresentados pelo Rio são uma porta entre município e sociedade e perguntou qual outro município teria algo parecido? Biguaçu, São Bernardo do Campo, São José, Pomerode e outros 4 municípios disseram que tem. Luiz então sugeriu avaliar se valeria a pena pensar num workshop para tentar fazer igual ao do Rio.

Em seguida, a representante do BID Maria Helena Vercillo falou que o objetivo do Banco é acelerar a execução dos projetos e que para isso foram organizadas oficinas sobre termos de referência. Além disso, é realizado o garimpo das boas práticas para disseminá-las. O BID investiu na formação de capacidades realizando o Seminário sobre PPP e sobre IPTU e ISS. O BID usando o componente nacional quer mandar as instituições capacitadoras até os 22 municípios ou utilizar o EAD.

Maria Helena lembrou aos presentes que o repasse de recursos só será feito até a data da execução. Depois os municípios terão que usar recursos da contrapartida. Ela pediu que os municípios verifiquem como poderão ser ajudados pelo BID.

Biguaçu disse que a dificuldade não é apenas na elaboração dos Termos de Referência, mas em todo o processo de licitação. Rodrigo André disse que o TR é o coração de tudo o que se vai fazer. Ele também comentou que o BID liberou o PNAFM de usar as regras internacionais de aquisição, mas o problema é: cada município sabe fazer uma licitação? Se a equipe de compras do município não estiver bem preparada e não tiver a percepção da importância do produto, haverá problema. A UEM tem que sensibilizar a equipe de compras e é preciso haver patrocínio do Secretário para sanar esses problemas.

Maria Helena ressaltou que no TR é preciso saber descrever o que se quer. Com uma nota técnica bem elaborada é possível mostrar aos auditores que o TR não está fazendo uma compra direcionada.

Luiz Palmeira falou sobre o papel da CGU e que a auditoria não tem como questionar produtos, nem questionar a forma



Ata da 7ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

de licitar, a estrutura da equipe, se há ou não comissão de licitação específica para o PNAFM.

Luiz solicitou aos municípios que pensem qual tipo de capacitação querem, mas com o compromisso de participar.

Gaia fez um relato sobre todos os problemas ocorridos na UEM São José e ressaltou que a visita institucional feita pela UCP foi decisiva para retomada do projeto PNAFM no município. Luiz disponibilizou a equipe da UCP sempre que for necessária.

A seguir Fabricio Fusco da Prefeitura do Rio fez sua apresentação sobre a Gerência de Cartografia. Ele mostrou o que já existe de levantamento cartográfico no Rio, numa escala 1 para 10. A escala 1 para 2 não cobre todo o município apenas áreas com maior intensidade de transformação como as regiões de Jacarepaguá, Recreio dos Bandeirantes, Zona Oeste, Tijuca e favelas. Foi feita uma comparação entre 1999 e 2013, e o nível de detalhamento abrange vias, logradouros, altimetria a laser, pois a escala de 1 para 2 traz muito mais informações.

Dentre os produtos contratados estão o recobrimento aerofotogramétrico, restituição, ortofotos e cartas.

O valor do contrato foi de R\$ 11.728.100,00 sendo 90% com recursos PNAFM. O prazo total de conclusão é de 22 meses.

Os arquivos são disponibilizados pela rede da Prefeitura no CAC – Centro de Atendimento de Cartografia e pelo armazém de dados na internet. No mapa digital do Rio se pode navegar como no Google Maps. A equipe é composta por 7 pessoas (geógrafos, arquitetos) e mais 2 estagiários.

Após essa apresentação foi encerrado o primeiro dia da reunião.

4. DIA 10/04/2014

O segundo dia da reunião iniciou com uma visita ao Centro de Operações do Rio – COR onde foi exibido um vídeo institucional mostrando as inúmeras possibilidades de atuação dos agentes municipais, devido à utilização de tecnologia de ponta. O outro órgão visitado foi o Datacenter onde fica instalada a Sala Cofre. Esta sala foi construída com recursos do PNAFM.

Na parte da tarde, Alexandre Melillo apresentou os aspectos gerais do sistema SEEMP, via Web, informando que ele terá atualizações contínuas. Ele comentou que, a partir do cadastramento dos projetos, se tentará fazer uma padronização na nomenclatura dos produtos. Todas as versões do projeto serão cadastradas com todas as revisões. No futuro haverá integração do SEEMP com o IBGE, com o SISTN (Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios) e outras bases externas. O monitoramento se dará a partir dos produtos e suas atividades vinculadas. Melillo recomendou o uso do Mozilla para acessar o SEEMP.

Melillo citou as funcionalidades já implantadas: tabelas corporativas, gestão de projetos, ciclo de vida dos projetos, elaboração e revisão de projetos; mostrou o que já está especificado para implantar em 2014: monitoramento dos projetos, análise parametrizável (indicadores de desempenho), plano de contas, objetivos estratégicos; e o que ainda falta especificar para implantar em 2015: administração financeira, movimentação financeira, demonstrações financeiras, acompanhamento das Missões e das Auditorias.

A seguir foi feito o cronograma para cadastramento dos projetos municipais no SEEMP:

De 22 a 25/04/2014 – UEM Brasília

De 05 a 09/05/2014 – UEM's Campo Grande, Fortaleza, Gravatá, Iguatu e Mossoró (Local: Brasília – DF)

De 19 a 23/05/2014 – UEM's Araçatuba, Barra Mansa, Itapetininga, Jacareí, Mesquita, Rio de Janeiro, São Bernardo do Campo e São Paulo (Local: São Paulo – SP)

De 02 a 06/06/2014 – UEM's Balneário Piçarras, Biguaçu, Corupá, Florianópolis, Indaial, Pomerode, Rio do Sul e São José (Local: Florianópolis – SC)

Será enviado Ofício confirmando as datas e locais para o cadastro e as UEM's tem até o dia 25 de abril para enviar as fichas de cadastramento para acesso ao sistema.

Na sequência, a senhora Ângela apresentou os tipos de acionamentos que podem ser feitos junto ao SERPRO e discorreu sobre a Central de Serviço Serpro – CSS.

Depois dessa fala, Melillo retornou falando sobre prorrogação de prazo informando que 15 municípios a solicitaram e que a Caixa já foi autorizada a prorrogar os contratos. Luiz aconselhou aos municípios que não pediram prorrogação, mas que estão com problemas de auditoria, que avaliem a possibilidade de solicitar para terem tempo de sanar as pendências.

Melillo informou que o 4º Ciclo das Visitas Técnicas será de Março a Novembro de 2014 e que o cadastramento dos projetos no SEEMP já será considerado como a visita do primeiro semestre. Ele apresentou um quadro com a data de vigência dos contratos e a data da última revisão de projeto feita.

Rodrigo André iniciou sua fala explicando que a baixa adesão foi o motivo do cancelamento da Oficina sobre Termo de Referência que deveria ter ocorrido em Belo Horizonte. Depois ele perguntou quantos municípios ainda não tinham feitos



Ata da 7ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

seus Termos de Referência e sobre quais produtos. São eles: Barra Mansa, Pomerode, Piçarras e Mossoró. Como todos os Termos serão para aquisição de equipamentos, a sugestão é usar os modelos que se encontram no CATIR. Rodrigo disse que a UCP pode capacitar os municípios na elaboração de TR para produtos dos projetos do PNAFM 3. Ele falou um pouco sobre o Seminário sobre as PPP e que iremos posicionando os municípios à medida que o BID for atuando no assunto.

Luiz deu o prazo até 9 de maio para que os municípios solicitem treinamento nas áreas necessitadas, indicando o número de pessoas a serem treinadas. A indicação deve ser enviada por email para Wilza com cópia para a Margareth. Ele também disse que servidores de outras áreas podem receber treinamento e não apenas as das UEM. Margareth Ruas reforçou que não compete à UEM elaborar o TR e que o treinamento deve ser destinado ao servidor que irá elaborá-lo.

Após esse assunto foi encerrado o segundo dia da reunião.

5. DIA 11/04/2014

Iniciando o terceiro e último dia da reunião, Sérgio Martins falou sobre a programação financeira e a importância de garantir o fluxo de recursos durante o período eletivo, já que a lei impede repasse de recursos com exceção de obras iniciadas. Os recursos serão liberados para os contratos em vigor e licitações em curso. A UEM tem que solicitar o recurso na Caixa até o dia 15 de maio e mandar cópia para a UCP que fará as liberações até o dia 4 de Julho.

Sérgio deu alguns avisos sobre as Demonstrações Financeiras e apresentou um quadro com todos os municípios, mostrando quem está totalmente ok e quem está devendo documentação. Ele recomendou aos municípios que encerrarão o programa em 2014 que enviem as Demonstrações Financeiras bem certinhas para evitar glosa da auditoria.

A Coordenação Financeira da UCP fará prévias trimestrais das Demonstrações Financeiras, mantendo os registros conciliados, dando treinamento e regularizando as pendências. Para que tudo saia bem, é preciso fazer o fechamento da Justificativa de Gastos - JG do 1º trimestre de 2014, lançar os registros, checar se as fontes e os tipos de recursos estão corretos, analisar a conciliação contábil e financeira e conferir os relatórios, checando se tudo que está lançado no SIGFIN está também constando do SIAPMF. Sérgio recomendou que as demonstrações municipais sejam encaminhadas corretamente, pois quando ele as vincula à JG do programa, se houver problema, a JG consolidada ficará com problemas. Ele informou que no início de maio fará treinamento com os funcionários da Caixa.

Sérgio falou sobre auditoria e disse que houve um legado de apontamentos de auditoria do PNAFM 1. Mostrou as recomendações feitas pela CGU para alguns municípios do PNAFM 2. Ele pediu que os municípios atentem para as recomendações não atendidas pois são passíveis de envio ao BID para consulta ou para a UCP.

O próximo assunto tratado foram os indicadores financeiros. A UCP está preocupada com a baixa performance no desembolso, na contratação de bens e serviços e na realização de pagamentos. O SIGFIN projeta trimestralmente o percentual de execução de cada projeto e a provável data do término do empréstimo. Sérgio lembrou aos municípios que não deixem para a última hora a contratação e o pagamento, pois, a Caixa tem prazos a cumprir e em 1º de novembro ele recolherá os recursos não utilizados. Nesse caso, o município teria que pagar com recursos próprios.

Na sequência, Margareth Ruas falou sobre o CONSAD que é um congresso anual de administração e gestão pública organizado por Secretários de Administração Estaduais, com temas propostos pelas entidades da federação. No último CONSAD, a Vanessa da UEM Brasília apresentou um trabalho sobre a construção da carreira de gestores públicos do DF. E como o PNAFM é voltado para gestão fez a proposta de usar o CONSAD para divulgar o programa. Seria um painel sobre a importância dos empréstimos internacionais para os municípios com a apresentação de 3 projetos municipais exitosos. Ficou combinado que daqui até a próxima COGEP serão definidos os projetos a serem apresentados. O tema será a gestão dos municípios pelo PNAFM (Geoprocessamento, Centrais de atendimento, Capacitação, Líderes Cariocas e melhores práticas). O próximo CONSAD deve ser em Março/2015. Luiz sugeriu que Margareth entre em contato com a organização do CONSAD para checar se há espaço mesmo para apresentação de tema municipal.

Rodrigo André informou que o Relatório de Acompanhamento já está no site da UCP. Com o monitoramento é possível mostrar a situação do programa para o BID e para os próprios municípios. Rodrigo comentou que mobilizar apenas 20 dos 150 milhões de dólares disponíveis não é favorável para nós porque o BID cobra a utilização dos recursos para poder cumprir metas. Na reunião anual que o banco realiza são definidos os locais e em que vão aplicar os recursos. Caso sobre dinheiro do PNAFM eles o realocarão em outro lugar.

Martini falou sobre a implementação da trimestralidade do envio do relatório informando que a primeira remessa foi cumprida pela totalidade dos municípios, mas a segunda não. Para o prazo de 15 de abril apenas dois municípios entregaram até agora. Martini reforçou que este é o primeiro relatório do PNAFM 2ª fase, mas que está defasado, porque



Ata da 7ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

só 12 municípios mandaram suas informações.

O relatório mostra estatísticas do programa como um todo, quantitativo de revisões feitas, quantitativo de pessoas treinadas, valores dos empréstimos por municípios e boas práticas para a melhoria dos projetos municipais.

Em relação à execução financeira feita até dezembro/2013, 50% já está contratado e 30% executado. Ele mostrou gráficos com a execução financeira, os valores contratados e a execução física.

Rodrigo recomendou que cada município avalie se é preciso investir no que já está sendo feito ou abrir novas frentes para melhorar a execução física, que, conseqüentemente, afetará os valores contratados, finalizando com a execução financeira.

Os ofícios com orientações sobre o monitoramento feito pela UCP sobre os relatórios enviados serão enviados após o recebimento do relatório em Março.

Encerrado esse assunto, Rodrigo André fez um relato sobre a reunião dos dias 3 e 4 de abril no Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP sobre o IPTU, onde se falou sobre a importância da arrecadação desse imposto e a aplicação correta do mesmo. O IPTU é uma grande forma de arrecadação municipal em conjunto com o ISS. Ele apresentou um gráfico que demonstra que há espaço para aumentar a arrecadação do IPTU. Foi constatado que nas capitais dos municípios do PNAFM não há produtos que promovam a melhoria da arrecadação do IPTU. Ou seja, o que podemos fazer em relação a isso? Biguaçu lembrou que existe a questão judicial, pois a associação comercial de lá entrou na justiça contra o aumento produzido após a feitura do geo no município.

Rodrigo informou que o grupo de trabalho está tentando criar soluções para os municípios não caírem na judicialização contra o aumento do IPTU.

Maria Helena do BID comentou sobre a valorização que o imóvel recebe quando se atualiza o valor venal. Ela também comentou que é preciso mostrar à população onde é gasto o valor coletado com o IPTU.

Luiz propôs fazer dois painéis de discussão, sendo um sobre IPTU e outro sobre ISS. Rodrigo e Maria Helena passarão os subsídios e na próxima COGEP se fará a discussão. Eduardo Jonker propôs 3 dias para a realização do próximo COGEP e Luiz tentará trazer Secretários para a discussão.

Depois desse assunto foi tratada a próxima reunião do COGEP. 3 municípios se candidataram: Araçatuba, Piçarras e Florianópolis. Decidiu-se por Araçatuba/SP provavelmente entre os dias 5 e 20 de novembro.

Luiz lembrou a proposta feita pela Receita Federal de doação de bens a municípios do programa e que não houve feedback dos municípios. Ele pediu que o município interessado manifeste interesse e liste os bens que quer receber. A UCP intermediará junto à RFB. Barra Mansa disse que quer ônibus e carros. Biguaçu quer micros para inclusão digital. Wilza passará mensagem com todos os dados necessários.

Encerrando a reunião, o Secretário de Administração e Gestão de Biguaçu, Antonio Felipe manifestou a satisfação de estar no PNAFM. Disse que em sua UEM todos são servidores efetivos e que trarão o Secretário de Fazenda na próxima reunião. Felipe disse que os municípios que estão no PNAFM são a elite porque focam na melhoria da modernização administrativa.

Margareth agradeceu presença de todos ressaltando a importância da troca de experiências e de conhecimento na rede. Para ela o importante é ser instrumento de mudança. Como Presidente ela tentará fazer uma padronização para o COGEP e já está aceitando sugestão de assuntos para a próxima reunião.

Luiz comentou que sempre no primeiro dia da reunião torce para que o evento seja exitoso e que ao final fica feliz porque vê que circulou o conhecimento. Agradeceu a linda recepção dada pelo Rio, aos participantes, à liderança da Margareth, a parceria da Caixa, não só nas reuniões do COGEP quanto no dia-a-dia do programa.

Verônica da Prefeitura Rio resumiu que o nível de maturidade do PNAFM está sendo atingido e que seu município se alegra de muitas vezes servir como referência. E finalizando disse que o encontro absorveu o espírito carioca sendo alegre, renovador e produtivo.

Foi encerrada a 7ª reunião do COGEP.